

CENÁRIO ECONÔMICO

BECO SEM SAÍDA

ROGÉRIO MORI

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

SEM SOMBRA de dúvida, o momento atual da economia brasileira é o mais delicado desde a estabilização da inflação em patamar baixo. Sob essa perspectiva, nossa economia não registrou crescimento no ano passado, e tudo indica que a retração do PIB em 2015 deverá ser próxima a 3%. Para agravar esse quadro, as projeções para o ano que vem apontam para uma nova retração do PIB brasileiro. Esse representa o período recessivo mais longo desde o início dos anos 90. Confirmando-se esse cenário, o PIB brasileiro terá retraído, neste triênio, mais do que quando

da queda registrada durante o Plano Collor, no começo da década de 1990.

A gravidade da situação remonta ao fato de que não existem, no momento, canais do lado da demanda agregada que possam estimular o crescimento econômico. Do lado do consumo das famílias, o alto endividamento relativo dos últimos anos, amparado pela política de expansão de crédito do Governo, torna pouco factível uma expansão da demanda por meio desta componente. Esse fenômeno tende a ser agravado



por conta do choque adverso de preços que as famílias enfrentam neste momento, derivado da alta das contas de energia elétrica, combustíveis, transportes etc., o que compromete ainda mais seu orçamento.

Do lado dos investimentos produtivos, as perspectivas também não são favoráveis, uma vez que o quadro recessivo atual não enseja o empresário nacional a ampliar seus investimentos neste momento. Ao contrário disso, a capacidade ociosa existente em vários setores da economia brasileira reduz o apetite por investimentos produtivos. Em outras palavras, também não é razoável esperar estímulos do lado da demanda agregada por conta dos investimentos.

No que tange aos gastos do Governo, as perspectivas também não são favoráveis em relação à sua capacidade para lidar com a recessão neste momento. Ao contrário, a necessidade de realizar um ajuste fiscal agora indica que os gastos do Governo devem ser relativamente contidos. Ou seja, também não é de se esperar que ocorram estímulos significativos à demanda via gastos do Governo.

A única componente de demanda agregada que pode trazer algum alívio para a economia brasileira vem do setor externo. Nesse sentido, a depreciação do real frente ao dólar nos últimos meses representa um estímulo às exportações, com perspectiva positiva para as vendas externas. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento da nossa moeda torna as importações relativamente mais caras neste momento, o que deve ter algum efeito para estimular a produção doméstica em substituição aos produtos importados.

Infelizmente, a somatória desses elementos não inspira maior otimismo quanto ao desempenho da economia brasileira no médio prazo. Ao mesmo tempo, a política econômica do Governo, no momento, mostra-se orientada para corrigir os erros e os excessos do passado recente, marcado por uma tolerância quanto à inflação mais elevada e por um crescente desajuste das contas públicas.

Nesse sentido, a orientação da política econômica tem sido na direção de conter o processo inflacionário em curso e inverter o sentido de deterioração das contas públicas brasileiras. Isso se traduz no processo de aperto monetário promovido pelo Banco Central, com a elevação da meta da taxa básica de juros – Selic – para o patamar atual. Esse processo, embora essencial para combater a inflação alta, tem como efeito agravar o quadro recessivo atual. Ao mesmo tempo, o ajuste do lado fiscal traduziu-se em uma tentativa de cortar gastos públicos e aumentar impostos, ambos movimentos malsucedidos ante os quadros econômico e político atuais.

Sem sombra de dúvida, o quadro delineado materializa-se em um pessimismo dos agentes econômicos com relação à economia brasileira não apenas quanto a seu desempenho de curto prazo, mas também sob a perspectiva de um horizonte mais amplo.

Lamentavelmente, não há muito a ser feito no curto prazo para reverter esse cenário. Nesse sentido, propostas de elevação de gastos públicos ou redução forçada da taxa de juros apenas agravariam o já precário quadro da economia brasileira. ■